

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA, REPÓRTER: *Na rota das especiarias* COMO EXEMPLO DE JORNALISMO LITERÁRIO

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA, REPORTER: *Na rota das especiarias* AS AN EXAMPLE OF LITERARY JOURNALISM

Sabrina Schneider*

Resumo: Este artigo aborda a obra *Na rota das especiarias – Diário de uma viagem a Flores, Bali, Java e Timor Lorosae*, do escritor angolano José Eduardo Agualusa, como um exemplo de reportagem. É destacado, sobretudo, o conflito entre a busca de profundidade e a tentativa de contextualização do leitor, características do jornalismo literário, e a escrita descontínua, cotidiana e, por vezes, superficial do diário, gênero autobiográfico descrito por autores como Clara Rocha, Philippe Lejeune e Maurice Blanchot.

Palavras-chave: Jornalismo literário. Diário. Gêneros autobiográficos.

Abstract: This article proposes a journalistic reading of *Na rota das especiarias – Diário de uma viagem a Flores, Bali, Java e Timor Lorosae*, written by the Angolese writer José Eduardo Agualusa. It is our understanding that a conflict permeates the entire text: a tension between the search for depth and contextualization – vital characteristics of a different type of journalism, known as literary journalism or reportage – and the discontinuous, routine, and – sometimes – superficial writing that characterize the journal as the autobiographical genre described by Clara Rocha, Philippe Lejeune, and Maurice Blanchot.

Keywords: Literary journalism. Autobiographical genres. Journal.

* Pesquisadora de pós-doutorado CAPES/PNPD junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), onde atua no projeto de pesquisa *Narrativas e conhecimento: especificidades teóricas e constituição de sentido*. Doutora em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduada em Jornalismo. E-mail: sabrinasc@unisc.br

O que é um diário? Para Clara Rocha, trata-se de um dos gêneros da literatura autobiográfica, na qual a autora também inclui, além da própria autobiografia, as memórias, a confissão e o autorretrato. Trata-se, portanto, de uma das “[...] várias faces que pode assumir a escrita de um sujeito sobre si mesmo [...]” (1992, p. 5). Embora o estatuto do diário, conforme a pesquisadora portuguesa, seja o da confiança, nada o impede de “[...] voltar-se para o exterior e albergar impressões de viagem, comentários de leituras, reflexões políticas, estéticas, morais, etc.” (p. 29). Para além do conteúdo, no entanto, são a descontinuidade e o fragmentarismo que o distinguem das demais formas autobiográficas. “O diário obedece a um modelo de narração intercalada, isto é, de enunciação que alterna com o acontecimento dos factos narrados.” (ROCHA, 1992, p. 32).

Tal fragmentarismo deve-se à submissão do diário ao cotidiano, ao calendário. É por isso que Philippe Lejeune (2008) o define como uma “série de vestígios datados”. Ele lembra que é apenas na língua francesa que o termo “diário” – *journal* – exige o complemento “íntimo” – *intime* –, caso contrário esse gênero de escrita seria confundido com a imprensa cotidiana. Tal problema não existe em outras línguas: em alemão, por exemplo, diz-se apenas *Tagebuch*, livro dos dias. Além disso, conforme Lejeune (2008, p. 259), “[...] a intimidade só entrou de fato mais tarde na história do diário, não passa de uma modalidade secundária. Assim, se devemos acrescentar um adjetivo, falemos de *journal personnel* (diário pessoal)”.

Íntimo ou não, o diário, segundo Lejeune, serve a uma necessidade pessoal, seja a de conservar a memória, a de sobreviver, desabafar, conhecer-se, deliberar, resistir, pensar ou escrever, simplesmente. Ou, nas palavras de Clara Rocha (1992, p. 29, grifo da autora), “[...] decorre de uma necessidade de comunicação do *eu* consigo mesmo ou com os outros”. Contudo, isso não parece se aplicar à obra *Na rota das especiarias – Diário de uma viagem a Flores, Bali, Java e Timor Lorosae*, do escritor angolano José Eduardo Agualusa. Também não acreditamos que se trate de uma narrativa de viagem, gênero que, segundo Clara Rocha, pode abrigar conteúdos autobiográficos e, dessa forma, tangenciar o conjunto de discursos que a autora classifica como literatura autobiográfica. A nosso ver, o livro receberia bem o rótulo de “reportagem” – ou “jornalismo literário”, expressão preferida pelos jornalistas de língua inglesa, e que vem se consolidando também no Brasil¹. Po-

¹ Ao longo do trabalho, empregamos os termos “reportagem” e “jornalismo literário” como sinônimos. Norman Sims (2007), grande pesquisador do tema nos Estados Unidos, explica que, ao longo dos 100 anos de tradição do gênero naquele país, as duas denominações se sobrepuseram em determinados momentos, pois eram usadas para fazer referência aos mesmos trabalhos jornalísticos. Todavia, a palavra *reportage*, original do francês, não se popularizou, pois os autores a consideravam pedante. Assim, a expressão *literary journalism* costuma designar a tendência “humanística” do jornalismo, em oposição à tendência “científica” ou “abstrata”, que domina a imprensa diária. Já a palavra *reporting* faz referência ao processo de apuração, presente tanto no jornalismo informativo cotidiano quanto no jornalismo literário. No Brasil, a palavra “reportagem” é empregada tanto em relação a um tipo diferenciado de jornalismo – imersão do repórter no assunto abordado, humanização do relato por meio do foco nas personagens, ampliação do fato no seu contexto, reconstituição histórica, criação de uma voz narrativa – quanto ao processo de apuração, o que pode confundir quem não está familiarizado com o jargão dos profissionais da área ou com a pesquisa acadêmica no campo da Comunicação Social. Porém, o termo “jornalismo literário” vem se popularizando nos últimos anos. Outra maneira de se referir à reportagem é como “jornalismo interpretativo”.

rém, antes de prosseguirmos na exposição de nossas justificativas para tal proposição, cabem algumas palavras introdutórias sobre o projeto diarístico-literário-jornalístico de Agualusa.

Na rota das especiarias foi publicado em 2008, pelo selo português Dom Quixote. A “viagem” a que se refere o subtítulo do trabalho, e que é registrada no “diário”, foi empreendida pelo autor de 8 a 29 de abril de 2001. Agualusa não viajou sozinho, mas fez parte de uma expedição coordenada pela jornalista portuguesa Helena Vaz da Silva, já falecida. Na época, ela presidia o Centro Nacional de Cultura (CNC), associação cultural dedicada “à defesa do patrimônio cultural português, à divulgação do papel desempenhado pela cultura portuguesa no mundo e à atualização das relações de Portugal com outras culturas” – conforme descrição que pode ser encontrada no site da entidade. O grupo que percorreu a rota das especiarias se autodenominava uma “embaixada civil”, como esclarece Guilherme d’Oliveira Martins, atual presidente do CNC, na introdução do livro de Agualusa. Pela natureza da embaixada, o próprio Martins não pôde integrá-la, pois exercia, então, os cargos de Ministro das Finanças e de Ministro da Presidência no governo de Jorge Sampaio.

O objetivo da viagem era, de acordo com Martins, recuperar elos com o povo indonésio, com quem os portugueses mantiveram relações comerciais entre 1512 e 1769; recuperar essa ligação e realizar prospecções que abrissem caminho para cooperações nas áreas cultural, social e econômica. Para o ensaísta e professor universitário, os laços

afetivos entre os dois povos, que ele atribui a “uma empatia quase natural”, seriam capazes de superar os traumas provocados pelo rompimento de mais de vinte anos entre os dois países, iniciado quando a Indonésia, sob a liderança do general Suharto, invadiu o Timor Leste, logo depois de Portugal ter se retirado de sua ex-colônia asiática, em 1975. A antiga metrópole assumiu o papel de defensora dos direitos dos timorenses, mobilizando a opinião pública mundial, ao passo que, internamente, a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN) encarregava-se da resistência às forças de Suharto. A ocupação militar do Timor Leste pela Indonésia só teve fim em 1999, com a interferência da Organização das Nações Unidas (ONU) e a realização de um referendo, no qual 80% da população optou pela independência. Até então, o país era considerado pela ONU como “território português por descolonizar”.

José Eduardo Agualusa, conforme Martins, foi um dos diversos “registadores” que se juntaram à embaixada civil. Além dele, participaram da aventura o artista plástico João Queiroz – cujos desenhos ilustram as páginas de *Na rota das especiarias* –, jornalistas, um fotógrafo e uma equipe cinematográfica. A missão desses “registadores”, ainda segundo o presidente do CNC, entidade que patrocinou a viagem, consistia na observação e crítica atentas do fenômeno da permanência da cultura portuguesa no imaginário dos indonésios, apesar dos esforços dos holandeses que, presentes na região a partir do século XVII, “tudo fizeram para apagar

a memória da passagem portuguesa, por razões políticas e estratégicas”. Para Martins, o elo entre as duas civilizações “tem muito mais a ver com uma empatia ancestral do que com qualquer fenômeno de aculturação passiva”, e redescobri-lo seria “fazer renascer a chama de uma amizade e de uma cooperação com potencialidades indiscutíveis”.

Voltemos, agora, à proposta de tratar o relato de Aqualusa acerca da viagem como jornalismo literário ou reportagem, e não como um diário, como sugerido pelo subtítulo do livro. A princípio, pode causar estranheza associar uma obra escrita sob encomenda, e cujo autor teve suas despesas de viagem pagas por um grupo com interesses específicos, à atividade jornalística, que, em teoria, deveria pautar-se pela independência, pela objetividade e pelo rigor na apuração dos fatos. Porém, há muito tempo os estudiosos da Comunicação Social estão cientes da inevitabilidade do processo de angulação da informação, apesar de os grandes veículos, por meio de seus manuais e de suas campanhas publicitárias, corroborarem justamente a tese contrária – gerando, entre o público leitor, a expectativa de isenção por parte dos profissionais e das empresas. Essa angulação da informação não só ocorre em vários níveis – individual, grupal e de massa, de acordo com Cremilda Medina (1978) – como está presente em todas as etapas do processo de confecção de um jornal diário ou de uma revista – da definição da pauta à edição e à diagramação, passando pela captação e pela escrita.

Além disso, a reportagem, diferentemente da notícia – conformada, de acordo com Nilson Lage “[...] a padrões industriais através da técnica de produção, de restrições do código lingüístico e de uma estrutura relativamente estável” (2003, p. 13), o que lhe garante uma aparência de impessoalidade e de certa cientificidade –, é justamente o “[...] levantamento de um assunto conforme ângulo preestabelecido” (2003, p. 46, grifo do autor). Enquanto a notícia, para Lage, trata de um acontecimento que contém elementos de ineditismo, ou que represente um rompimento na ocorrência normal dos fatos, a informação jornalística – categoria na qual, além da reportagem, o autor inclui o artigo, a crônica e a crítica – decorre de uma intenção, de uma visão jornalística. Esclarecidos esses dois pontos, podemos nos dedicar à análise de *Na rota das especiarias – Diário de uma viagem a Flores, Bali, Java e Timor Lorosae*.

Na obra em questão, o texto de Aqualusa – mais conhecido por seu trabalho como romancista – é fragmentado. Os fragmentos são regidos estritamente pelo calendário: para cada data, com exceção do dia 17 de abril, há uma entrada no relato da viagem. Essas entradas, por sua vez, dividem-se em registros menores. No primeiro dia, por exemplo, além do título *Segunda-feira, 9 de abril*, podemos ver os intertítulos *Voando sobre o Golfo de Bengala*, *Ervas raras* e *Os navegadores obscuros*; no segundo, *Terça-feira, 10 de abril*, os intertítulos *O gentil gentio*, *Os dragões à espreita* e *The Ende, uma lenda*; e assim por diante, ao longo de todo o livro. Portanto, no que diz respeito ao aspecto

formal – no sentido da organização do discurso –, o texto é, sem dúvida, um diário. Contudo, é preciso lembrar que esse respeito ao calendário – ou, como diz Blanchot (2005), essa submissão “à regularidade feliz que nos comprometemos a não ameaçar” – não se reflete apenas na apresentação da narrativa, em sua exterioridade, pois:

O que se escreve se enraíza então, quer se queira, quer não, no cotidiano e na perspectiva que o cotidiano delimita. Os pensamentos mais remotos, mais aberrantes, são mantidos no círculo da vida cotidiana e não devem faltar com a verdade. Disso decorre que a sinceridade representa, para o diário, a exigência que ele deve atingir, mas não deve ultrapassar. Ninguém deve ser mais sincero do que o autor de um diário, e a sinceridade é a transparência que lhe permite não lançar sombras sobre a existência confinada de cada dia, à qual ele limita o cuidado da escrita. É preciso ser *superficial* para não faltar com a sinceridade, grande virtude que exige também a coragem. (BLANCHOT, 2005, p. 270-271, grifo nosso).

Essa superficialidade ou, ainda conforme Blanchot, essa insignificância gerada pelo ato de “colocar-se momentaneamente sob a proteção dos dias comuns”, é a inclinação do diário, sua própria lei. Em uma narrativa que visasse à profundidade, de acordo com o escritor e ensaísta francês, a exigência seria oposta: a de “[...] não manter o juramento que nos liga a nós mesmos e aos outros por meio de alguma verdade”(p. 271). Para Clara Rocha

(1992), é justamente esse vínculo com o cotidiano, “por vezes trivial e repetitivo”, que leva muitos críticos a considerarem o diário como um gênero secundário.

José Eduardo Agualusa tenta, de início, limitar-se a essa “superficialidade”, a essa “insignificância” do diário. Daí a banalidade de alguns tópicos. Por exemplo: em *Os dragões à espreita*, um dos intertítulos da segunda entrada do diário – *Terça-feira, 10 de abril* –, o autor descreve aspectos da reprodução e da biologia do Dragão de Komodo. O que dá ensejo a essa incursão ao mundo animal é o fato de o avião que transportava a “embaixada civil” de Jacarta – capital da Indonésia, situada na Ilha de Java – para a Ilha das Flores ter sobrevoado a Ilha de Komodo, o mais famoso parque nacional do arquipélago. Em outro momento, Agualusa descreve as precárias condições do hotel em que o grupo se hospeda em Ende, na Ilha das Flores, bem como o “desleixo tropical” da cidade. O intertítulo do tópico é *Dormindo com baratas*.

Nota-se, contudo, o esforço do escritor para “compensar” essa trivialidade. Faz isso por meio da construção de imagens vívidas, em que o cenário e as cores locais são entremeados às impressões e aos sentimentos que o percurso vai despertando no viajante. Como ocorre no trecho abaixo, datado de 10 de abril:

Foi chegar e voltar a partir, desta vez de jipe e com destino a Ende, nome apropriado para um lugar tão remoto, aquilo a que se costuma chamar um fim de mundo. Levamos já cinco intermináveis horas, através

da noite imensa, vibrante de estrelas, e da floresta sombria. Surpreende-me o feliz estado do asfalto, pois não obstante um ou outro troço mais escabroso, e algumas pedras grandes que as tempestades recentes arrancaram aos morros e lançaram a esmo sobre a estrada, avançamos sem sobressaltos. Tudo é relativo, claro – alguns dos meus companheiros não conseguem imaginar caminho pior. Os faróis do carro iluminam a forma compacta de um grande lagarto esmagado no asfalto. O animal existe durante o breve instante em que a luz o resgata e logo desaparece para sempre.

Seria um dragão?

Até agora vimos apenas uns poucos cachorros miseráveis, meia dúzia de gatos e outros tantos bois. Tão-pouco parece haver insectos. Em meio a uma floresta tropical seria natural que os insectos enxameassem, milhões deles, tantos quanto as estrelas que iluminam esta noite, atraídos pelos faróis do jipe, mas não surgem nunca, nem sequer quando nos detemos para esticar as pernas, aliviar a bexiga e contemplar a noite acesa – a via Láctea girando devagar sobre o Sul do mundo. Aquela vegetação que rumoreja à nossa volta, densa e húmida, assim vazia, ou quase, de vida animal, provoca em mim uma inesperada angústia. Passamos por aldeias com luz eléctrica. Há também pequenas casas perdidas na escuridão. Brilham velas através do cristal das janelas. (AGUALUSA, 2008, p. 15-17).

Em outros momentos, na falta de acontecimentos dignos de nota que

justifiquem a abertura de um registro no diário, Agualusa recorre à invocação do passado, tecendo reflexões sobre eventos históricos. É o caso do fragmento abaixo, *Os navegadores obscuros*, datado de 9 de abril, e que reproduzimos na íntegra:

Irei ouvir falar muito, durante esta viagem, da gesta dos navegadores portugueses. Os portugueses, como todos os povos, têm excelentes motivos para se orgulharem de sua História, e excelentes motivos para se envergonharem dela. A aventura dos descobrimentos parece-me um bom motivo de orgulho. Muito do que aconteceu na sequência destas viagens – a escravatura, a humilhação e genocídio das populações indígenas, a extinção de línguas e culturas, a exploração de recursos, etc. –, deve no entanto ser lembrado sempre, e em particular durante manifestações de fácil exaltação nacionalista, ao menos como medida profiláctica contra o ressurgimento de uma tristíssima nostalgia colonial.

Trago comigo, entre a minha magra bagagem, a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. É um dos poucos livros que gosto de reler. Releio a passagem sobre o menino prodigioso, uma pobre criança que censura os portugueses após mais um brutal ataque do grupo onde seguia o cronista: “*Bendita seja, Senhor, a tua paciência, que sofre haver na terra gente que fale tão bem de ti e usa tão pouco da tua lei, como estes miseráveis e cegos, que cuidam que furtar e pregar te pode satisfazer, como aos príncipes tiranos que reinam na terra.*”

Voando sobre o Golfo de Bengala, a caminho da Indonésia, ocorre-me a

lembrança dessa outra saga marítima, mais obscura, infinitamente mais arriscada, que levou os povos destes mares, em simples canoas com flutuadores – guiando-se pelas estrelas, interrogando as correntes e os ventos, conversando com as aves marinhas, os tubarões, os peixes miúdos –, até a África, à grande ilha vermelha de Madagascar, onde os seus descendentes ainda hoje habitam.

Pensando melhor, o que festejo aqui, a quatro mil metros de altitude, a uns oitocentos quilômetros por hora, admirando o sol que tece fantásticos desenhos de luz no algodão puríssimo das nuvens, é a grande aventura do Homem em busca da restante humanidade. (AGUALUSA, 2008, p. 11-12).

Percebe-se, nos dois excertos, que o autor busca fugir às restrições impostas pelo gênero diário; busca, nos acontecimentos ordinários da viagem – ou mesmo na falta de acontecimentos –, uma certa densidade. Nesse conflito entre a superficialidade e a descontinuidade próprias do diário e a intenção de profundidade, é à reportagem que o escritor recorre, mesmo que, talvez, de maneira inconsciente. Já com base nessas primeiras páginas podemos apontar duas características fundamentais desse gênero jornalístico, além da descrição detalhada: a filtragem dos fatos pelas impressões do repórter – que permite ao leitor colocar-se em seu lugar – e a presentificação da ação – que possibilita que o leitor acompanhe o desenrolar dos fatos como uma testemunha. Tais qualidades, conforme Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986), derivam do

tratamento narrativo das informações, incipiente no jornalismo cotidiano.

A presentificação da ação se dá, sobretudo, pelo uso do presente do indicativo. Apesar de a obra ser apresentada como um diário, gênero que pressupõe uma retrospectiva – ainda que mínima, pois na prática diarística acontecimento e enunciação se intercalam –, em nenhum dos fragmentos que compõem o livro as situações pelas quais passa o viajante são relatadas no pretérito. Este é reservado para as digressões, nas quais o autor recapitula fatos históricos a fim de contextualizar o leitor ou insere a narração de alguma lenda local. Essa simultaneidade é reforçada pelo uso de expressões como “neste instante” e “agora” (p. 24): “Estou agora sentado em meio a uma pequena multidão, ardendo ao sol, enquanto decorre uma cerimônia de boas-vindas”. Em algumas passagens, Agualusa chega a afirmar que escreve no momento exato em que presencia determinado acontecimento ou contempla uma certa paisagem “Escrevo estas notas sentado praticamente em cima de um motor em convulsões, atordoado pelo estrépito e o forte cheiro de combustível, num barco cheio de turistas e peregrinos, a caminho da ilha de Solor” (2008, p. 22).

Na medida em que avançamos na leitura de *Na rota das especiarias*, outras características do jornalismo literário despontam. Entre elas, a humanização do relato por meio da ênfase em certas personagens. É o caso, por exemplo, do jovem que o escritor encontra no cemitério de Larantuka, e que vestia uma camiseta do grupo de rock brasileiro Sepultura – apesar de preferir a

música dos norte-americanos do Nirvana. Ou da moça chinesa – estudante de Jornalismo em Jacarta – que aguarda o início da procissão de Sexta-feira Santa, também em Larantuka, vestindo uma “arrojada” minissaia, para espanto e reprovação de um grupo de religiosas. Essas primeiras “personagens” mal passam de esboços; contudo, contribuem para a particularização da ação, fundamental na reportagem, e cujo objetivo é captar a atenção do leitor, aproximando-o do assunto a ser abordado. Mesmo nos textos jornalísticos propriamente ditos, essa particularização não precisa ser muito detalhada, elaborada; muitas vezes, como lembram Sodré e Ferrari (1986), ela apenas abre a reportagem, que em seguida passa a intercalar depoimentos de outras pessoas, já sob a forma de entrevistas, com dados documentais.

Esse entrelaçamento de dados à narrativa também está presente na obra de José Eduardo Agualusa. Na mesma passagem a que acabamos de nos referir, a da procissão de Sexta-feira Santa – datada de 13 de abril e, a nosso ver, a primeira em que o autor assume abertamente seu papel de testemunha, sua missão como repórter –, a riquíssima descrição de todos os momentos da celebração religiosa é encerrada com a inserção de algumas informações gerais sobre a comunidade cristã de Larantuka. Também são mencionadas as memórias do embaixador português António Pinto da França:

A entidade responsável por esta extraordinária manifestação de fé chama-se “Confraria Rainha Rosári”, Confraria da Rainha do Rosário, e completou quatro séculos de existência no ano dois mil. A Confraria tem à

sua guarda uma boa parte do valioso tesouro de arte sacra, em ouro, prata, marfim e madeira, que para aqui trouxeram os cristãos fugidos de Malaca, Solor e Makassar.

António Pinto da França nas breves memórias que escreveu sobre sua passagem pela Indonésia, *Influência Portuguesa na Indonésia* (Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1971), fala das orações em português que se continuam a rezar em Larantuka, especialmente durante a Semana Santa. Conta que uma irmandade de velhas senhoras, as Mamãs da Música, o convidam certo dia para rezar com elas: *Rezaram uma ladainha comigo mas ficaram muito desapontadas porque o meu português lhes soou diferente. Pediram para lhes escrever algumas orações em português correcto para “melhor rezarem”*. Não creio que as lições do diplomata português tenham servido de muito. Ofereceram-me um caderno com algumas destas famosas orações. Já não é em português que os crentes de Larantuka rezam, não é pelo menos em português corrente, será antes, como observou o próprio António Pinto da França, num português corrompido – embora não tão corrompido que se possa chamar a isto um crioulo, um idioma novo. (AGUALUSA, 2008, p. 31).

Em outro tópico – *O sultão de Yogyakarta*, datado de 23 de abril –, o autor utiliza o mesmo procedimento, mas de forma inversa: os dados documentais estão na abertura do texto, precedem a narrativa dos fatos testemunhados pelo diarista. Novamente, reproduziremos um trecho

longo, para que fique clara essa transição de um momento para outro:

Yogyakarta foi fundada em 1755 pelo príncipe Mangkubumi que tomou o título de sultão e o nome de Hamengkubuwono – o Rei que Sustenta o Universo, ainda hoje usado pelos seus descendentes. Yogyakarta foi desde sempre um símbolo de resistência contra o poder colonial. Quando os holandeses ocuparam a cidade, em 1948, Hamengkubuwono IX barricou-se no seu palácio, mantendo estreita ligação com a guerrilha nacionalista. Após a independência, como reconhecimento pelo seu papel no combate contra os holandeses, o sultão conseguiu um estatuto especial para o território. Yogyakarta é hoje um distrito autônomo, dependente apenas de Jakarta e não do governador de Java Central. O actual sultão, Hamengkubuwono X, foi empossado em 1989, numa grandiosa cerimônia que incluiu um desfile de albinos e anões. Leio estas informações enquanto esperamos à sombra fresca de uma ampla varanda que o sultão nos receba. Esperamos há quarenta e cinco minutos. Supondo que o grau de majestade de um monarca, ou de qualquer outro governante, se mede pelo tempo que faz esperar os seus convidados, Hamengkubuwono X goza de considerável magnificência. Eis que chega, neste preciso instante, acompanhado por diversos membros do seu gabinete. As apresentações são demoradas. Fico com a sensação de que Helena Vaz da Silva exagera no mérito da nossa embaixada. O sultão, que parece muito bem

informado, explica que estão a fazer um levantamento do património arquitectónico deixado pelos portugueses na região. Mais tarde deixa-nos a sós com os seus ministros e somos levados para uma ampla sala onde nos mostram um filme sobre Yogyakarta. (AGUALUSA, 2008, p. 57).

Ao longo do livro, Agualusa parece convencer-se cada vez mais de que o tratamento jornalístico é o adequado para a abordagem dos temas que surgem no decorrer da viagem. Prova disso é que, a partir de determinado momento, a descrição detalhada de cenários e situações – sempre acompanhada de suas impressões –, o esboço de personagens e a inserção de informações para a contextualização do leitor não mais o satisfazem. O escritor passa a reproduzir, em discurso direto, depoimentos das pessoas com quem trava conhecimento. As falas são inseridas no texto com o emprego de aspas, como se os interlocutores de Agualusa fossem fontes entrevistadas para uma matéria. Esse procedimento aparece pela primeira vez na entrada de 16 de abril, em que é relatado, em dois registros – *Bali em português* e *O mais estúpido traficante do mundo* –, o encontro do viajante com a comunidade de brasileiros na Ilha de Bali, em especial o surfista e empresário Fred d'Orey, sua parceira nos negócios Béu e a também empresária Malu, ex-modelo e jornalista. O exemplo abaixo poderia perfeitamente figurar nas páginas de uma revista:

A esta nova fauna, os surfistas, devemos o facto de em Bali também se falar a nossa língua. Muitos, centenas,

são brasileiros. Chegam em agosto, época das ondas, com as pranchas às costas, e partem três meses depois. Fred d'Orey, 39 anos, antigo campeão brasileiro de surfe, visitou Bali pela primeira vez em 1985 e apaixonou-se: 'Bali concentra potencial de surfe apenas comparável ao do Hawaí, com pequena extensão de costa e inúmeras ondas de qualidade. A cultura é maravilhosa, com uma população receptiva e alegre. Pode-se viver bem sem gastar muito dinheiro. A ilha possui uma estrutura turística onde qualquer mortal de classe média vira magnata. Além disso as pessoas aqui são de religião hindu. O resto do arquipélago é muçulmano, portanto com outra vibração, bem mais pesada.' Fred visita Bali todos os anos, e por aqui se demora algum tempo, mas já não apenas por causa das ondas. Aproveitando a mão-de-obra barata, e inspirando-se 'nas cores das ilhas, na alegria de pertencer a este universo, na felicidade que o surfe me proporciona', criou uma marca de roupas de praia que hoje é famosa em todo o Brasil.

A comunidade brasileira de Bali é constituída na sua larga maioria por mulheres. Vieram acompanhando os namorados, encantaram-se pela ilha, descobriram que podiam ganhar a vida vendendo para o Brasil roupa, mobílias e artesanato, despediram-se dos namorados e ficaram. (AGUALUSA, 2008, p. 39).

Essa característica – o emprego do que poderíamos chamar de “estilo entrevista” – é acentuada nos registros que datam de 20 de abril em diante, em especial nas entradas que correspondem aos poucos dias

que a embaixada passou em Timor Loro-sae, ou Timor Leste. Nas dez páginas em questão, predominam os depoimentos e os temas políticos, no lugar das descrições de celebrações religiosas, de aspectos arquitetônicos, hábitos culturais e paisagens exuberantes – até porque o grupo deparou com uma terra devastada por mais de 20 anos de conflito, cuja capital, Dili, mais parecia uma “cidade de naufragos”, nas palavras de Agualusa. Dois fatores podem ter determinado esse tratamento. Em primeiro lugar, a identificação do autor com a realidade timorense: Agualusa é natural de Angola, outra ex-colônia portuguesa cuja história recente foi marcada pela violência: primeiro a violência da guerra pela independência – de 1961 a 1975 – e, depois, a da guerra civil – até 2002. Em segundo lugar, a oportunidade que o grupo de viajantes teve, no Timor Leste, de contatar figuras proeminentes ou diretamente envolvidas com o processo de reconstrução do país.

A primeira personagem timorense a figurar nas páginas de *Na rota das especiarias* é um velho amigo de Agualusa: o escritor Luís Cardoso, de *Crónica de uma travessia*, com quem o autor janta no restaurante Casa Queimada, em Dili. Neste caso em especial, não predomina a forma da entrevista, mas o diarista faz uso de outra estratégia comum na prática da reportagem: emprega um drama pessoal para introduzir um problema que atinge uma parcela da população.

Luís Cardoso é um bom escritor e, o que me parece consideravelmente mais difícil de encontrar, um homem bom. Conheci-o faz muito tempo no

Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, que ambos frequentámos, e foi com ele que descobri Timor. Silvicultor de profissão o meu amigo regressou ao seu país vai para dois meses, com o propósito de trabalhar nas terras dos seus antepassados, nas altas e frescas montanhas, para lá de Maubisse, recuperando as plantações de café e de sândalo. Num tempo em que os quadros timorenses retornam, vindos de Portugal, da Indonésia ou da Austrália, animados, sobretudo, com a perspectiva de ocuparem lugares importantes na futura administração do território, muita gente olha com desconfiança para o romancista-silvicultor. ‘Pouco me compreendem’, confessa.

Um dos maiores problemas de Timor, senão o maior, passa por esta questão – a desconfiança mútua. Os jovens estudantes vindos da Indonésia, que falam e pensam em bahasa, olham com rancor para aqueles que, vindos de Portugal e da Austrália, defendem a adopção da língua portuguesa como idioma oficial. Os que nunca saíram daqui olham para todos com não menor suspeita, temendo as novas ideias, os hábitos estranhos, a possibilidade de que alguns retornados lancem pedras ao charco. A Igreja Católica, cuja influência cresceu muito nos últimos anos, em parte devido ao facto de se ter colocado sempre ao lado do povo contra a brutalidade das forças de ocupação da Indonésia, parece ser hoje a grande força conservadora. Todos os políticos com pretensões a ocuparem cargos no futuro governo lhe prestam tributos. (AGUALUSA, 2008, p. 47).

Já quando Agualusa aborda o encontro com o bispo de Baucau, Dom Basílio do Nascimento, e com seu principal conselheiro, Jacinto Tinoco, dá preferência às citações, tanto diretas quanto indiretas. O tema da conversa, relatada no tópico *O desânimo de Dom Basílio*, é a ineficiência da United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET) e a suposta oposição das Nações Unidas ao português como idioma oficial:

Jacinto Tinoco reforça as palavras do bispo: ‘Só não vê quem não quer. Para eles é preciso acabar com os sinais da presença portuguesa aqui.’ Cita como exemplo o caso da construção de uma escola na vila de Manatuto, encomendada pela diocese para viabilizar o ensino de português, cujas obras estiveram paralisadas em diversas ocasiões com o argumento de que os professores nunca viriam. Na opinião de Tinoco ‘a grande maioria dos timorenses apoia a decisão do Conselho Nacional da Resistência Timorense, que escolheu a língua portuguesa como idioma oficial’. (AGUALUSA, 2008, p. 51).

O mesmo tratamento é dado ao relato do último – e mais importante – compromisso do grupo no Timor Leste: o encontro com Xanana Gusmão e José Ramos Horta, líderes da antiga Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), depois Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT). A conversa tem lugar em 23 de abril de 2001, cerca de um ano antes de Gusmão ser eleito o primeiro presidente do país. Foi sucedido por Ramos Horta

em 2007, e desde então ocupa o cargo de primeiro ministro. Reproduzimos, abaixo, um longo trecho da entrevista:

Não esperamos muito. Xanana surge pouco tempo depois, vestido com uma simples camisa, calças jeans e sandálias, o ar de adolescente jovial com que se deu a conhecer ao mundo. Cumprimenta o grupo, pessoa a pessoa, e instala-se finalmente numa das extremidades da mesa, com José Ramos Horta a seu lado.

Xanana fala longamente sobre o processo político e a reconciliação. Diz que o CNRT deve ser o único movimento de libertação que não tentou colocar quadros seus, logo que possível, na estrutura de poder. Chama a atenção para o facto de muitos dos integrantes das milícias, assim como antigos soldados do exército indonésio, terem regressado a Timor – sendo bem recebidos. “Existe um pequeno grupo de alto nível que não aceita reconhecer que praticou o mal. Outros, ou por solidariedade com estes, ou por receio, também não regressaram. Acho que devemos combinar a justiça com a reconciliação. A reconciliação é um processo lento. Temos de criar para isso as condições necessárias, psicológicas e até sociais. As populações acusam-nos por vezes de estarmos a tentar resolver não os seus problemas, mas os daqueles que tentaram destruir o Timor.”

Ramos Horta defende a ideia de que o afecto especial que une os portugueses aos timorenses resulta do facto de os nacionalistas de Timor nunca terem empreendido uma guerra contra Portugal. “Muitos dos dirigentes das

antigas colónias portuguesas estiveram nas trincheiras da luta anticolonial e é difícil para eles estabelecer laços de amizade com os portugueses. No nosso caso não foi assim. A classe política portuguesa fez connosco o combate pela libertação de Timor. Mesmo durante a época colonial nunca houve guerra.” (AGUALUSA, 2008, p. 54).

Entrevistas, descrições detalhadas permeadas pelas impressões do autor, inserção de dados documentais no texto narrativo, presentificação da ação, humanização do relato por meio da ênfase em determinadas personagens: todos os excertos de *Na rota das especiarias* por nós citados ilustram diferentes características da reportagem, ou técnicas comumente utilizadas por aqueles profissionais do jornalismo que, de acordo com Alceu Amoroso Lima (1969), buscam tirar o “essencial do acidental”, o “permanente do corrente”. Porém, cada uma das passagens mencionadas, apesar dos diferentes procedimentos empregados em sua construção, deixa transparecer um único desígnio: o de testemunhar. Dificilmente poderíamos associar a clareza dos pequenos textos nos quais se divide a obra de José Eduardo Agualusa com a escrita diarística tal como a considera Lejeune: não apenas descontínua e não narrativa – ausência de um início, um meio e um fim –, mas também lacunar, repetitiva e alusiva.

Podemos, se quisermos, falar de uma escrita descontínua e “não narrativa”, no sentido de que a leitura pode ser interrompida e retomada em qualquer parte sem prejuízo do entendimento, de que podemos escolher uma ou outra

passagem aleatoriamente. No entanto, cada um dos tópicos ajuda a compor um quadro mais amplo, aquele definido pela intenção jornalística inicial, exposta ainda na apresentação do livro por Guilherme d'Oliveira Martins: registrar o fenômeno da permanência da cultura portuguesa no imaginário dos indonésios. As entradas no diário de Agualusa funcionam mais como as matérias secundárias, os “boxes”, as tabelas e os infográficos de uma reportagem publicada nas páginas de uma revista.

E, por falar na intenção jornalística, cabe ainda uma última observação. Esta, tal como a caracteriza Nilson Lage (2001), assemelha-se mais a um tema – o que diferencia a reportagem da notícia, que busca a apuração e divulgação de um fato novo ou extraordinário – do que a uma hipótese de trabalho, um ponto de vista. E, mesmo quando tratada como uma hipótese de trabalho, como parece ser o caso em questão, não precisa funcionar como uma camisa de força. Como o cientista, o jornalista pode partir de intuições que, ao final do processo de apuração, não são confirmadas, levando-o a trilhar caminhos não imaginados. No caso de Agualusa, as intuições não eram suas, mas do Centro Nacional de Cultura (CNC). Em algumas passagens, essa discrepância transparece, como quando o autor narra, em tom levemente irônico, o êxtase de uma de suas colegas de viagem ao descobrir, em uma capela na aldeia de Vute, Ilha de Adonara, cinco pequenas imagens católicas, caracteristicamente indo-portuguesas; ou quando chama a atenção para a forma exagerada como Helena Vaz da Silva, líder

da expedição, descreve os méritos da “embaixada civil”; ou, simplesmente, quando esclarece que a chamada Igreja Portuguesa, no povoado de Tugu, nas imediações de Jacarta, é na verdade, “[...] um pequeno templo protestante, construído no século XVII em estilo holandês [...]” (p. 62).

O trecho abaixo é o único em que Agualusa declara expressamente seu ponto de vista:

Em Bali não há sinais da passagem dos navegadores portugueses. O facto, curiosamente, permite aos portugueses prestar mais atenção aos sinais de outras civilizações que por aqui se instalaram. A generalidade dos portugueses parece acreditar no mito ingénuo, tão fácil de refutar, de que os heróis dos descobrimentos mantiveram ao longo dos séculos uma relação de respeito para com as comunidades indígenas. Falam em trocas culturais. Emocionam-se ao encontrar uma aldeia católica, perdida numa pequena ilha do fim do mundo, cujos habitantes preservam apelidos ibéricos. No entanto, a ter existido realmente troca, deveria ser possível encontrar hoje em Portugal povoações hindus, por exemplo, habitadas por gente com nomes malaios, ainda que de tez pálida e narizes afilados. Seria interessante. (AGUALUSA, 2008, p. 36-37).

Assim, o que se poderia condenar em *Na rota das especiarias*, tomado como reportagem, não seria a escolha de um ângulo, a existência de uma intenção, mas o fato de seu autor, José Eduardo Agualusa, natural de Angola, país que sofreu sob a pesada mão da metrópole portuguesa, lidar de forma

pacífica com a hipótese de trabalho proposta pelo CNC – a da redescoberta do elo afetivo ancestral entre portugueses e indonésios. Aqui e ali, o repórter Agualusa deixa vir à tona sua bagagem pessoal; nada, porém, capaz de prejudicá-lo junto aos seus “empregadores”. Trata-se, no dizer de Cremilda Medina (1988), da prevalência dos critérios da empresa, relacionados com os valores do grupo econômico e político que ela representa, sobre os critérios do profissional.

REFERÊNCIAS

AGUALUSA, J. E. **Na rota das especiarias**: diário de uma viagem a Flores, Bali, Java e Timor Lorosae. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

BLANCHOT, M. **O livro por vir**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Estrutura da notícia**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2003.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, A. A. **O jornalismo como gênero literário**. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

MEDINA, C. **Notícia**: um produto à venda. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.

ROCHA, C. **Máscaras de Narciso**: estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal. Coimbra: Almedina, 1992.

SIMS, N. **True stories**: a century of literary journalism. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2007.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. 4.ed. São Paulo: Summus, 1986.

Recebido para publicação em 30 de maio de 2013

Aceito para publicação em 31 de out. de 2013